

Diversificação das políticas de saúde e os desafios da equidade no século XXI

O direito universal à saúde constitui uma das mais importantes conquistas sociais da população brasileira, embora persistam desigualdades e iniquidades que desafiam sua plena efetivação. As transformações epidemiológicas e demográficas, a emergência climática, os conflitos geopolíticos e a expansão das tecnologias digitais^{1,2} expressam profundas vulnerabilidades sociais. Nesse cenário, o Sistema Único de Saúde (SUS) precisa tanto assegurar a universalidade e a integralidade das ações, quanto fortalecer a equidade^{2,3}.

A diversificação das políticas de saúde, tema desta edição, reconhece que distintos grupos populacionais, e territórios, vivenciam riscos, necessidades e oportunidades de cuidado de forma desigual. Os estudos evidenciam tanto a persistência de disparidades quanto experiências institucionais e políticas voltadas ao enfrentamento da complexidade contemporânea da saúde coletiva^{2,3}.

As análises sobre desigualdades raciais, etárias, de gênero, em populações indígenas, quilombolas e LGBTI+, reafirmam a centralidade da determinação social da saúde na produção de diferenças nos padrões de adoecimento, no acesso aos serviços e no reconhecimento de direitos. Nessa perspectiva, a diversificação das políticas não representa fragmentação do sistema, mas condição necessária para alcançar a equidade. Isso exige enfrentar desigualdades históricas entre grupos sociais, regiões e municípios, agravadas por vulnerabilidades climáticas, limitações de infraestrutura e exclusão digital².

A edição também destaca a coexistência de desafios sanitários persistentes e emergentes. Enquanto tuberculose, influenza e diabetes mantêm elevada relevância epidemiológica, ganham espaço debates sobre telessaúde, vigilância baseada em fontes não tradicionais e os impactos das tecnologias digitais sobre o cuidado e a gestão. Crises recentes, como a epidemia de Zika e o desastre de Brumadinho, reforçam a necessidade de abordagens intersetoriais que articulem dimensões ambientais, econômicas e políticas.

Outro aspecto relevante refere-se às disputas que permeiam a formulação das políticas públicas. A análise das estratégias corporativas contrárias à regulação da publicidade de alimentos mostra que a saúde pública opera em permanente tensão com interesses econômicos organizados. Defender políticas baseadas em evidências científicas implica reconhecer que o campo da saúde é, também, um espaço de conflitos, negociações e disputas por legitimidade^{1,2}.

Os artigos sobre atenção primária à saúde, vínculo longitudinal, hospitais de ensino e telessaúde, ressaltam a importância da capacidade institucional do SUS. Em um cenário de crescente complexidade social e epidemiológica, fortalecer o SUS exige não só financiamento adequado, mas também inovação organizacional, informações qualificadas e ampliação das formas de cuidado centradas nas necessidades concretas da população. Nesse contexto, destaca-se a Estratégia Saúde da Família como instrumento fundamental para a promoção da equidade em saúde no país².

Mais do que abordar problemas específicos, esta edição convida à reflexão sobre os sentidos contemporâneos da universalidade, integralidade e equidade. Em sociedades profundamente desiguais, é preciso superar as injustiças históricas. Diversificar políticas, estratégias e formas de cuidado não enfraquece os princípios do SUS; ao contrário, amplia sua capacidade de responder às demandas de sujeitos e territórios historicamente invisibilizados, por meio de serviços culturalmente adequados e acessíveis.

Em tempos de desafios sanitários, circulação acelerada de desinformação e disputas sobre o caráter público do SUS, reafirmar a saúde como direito de todos é dever do Estado e permanece uma tarefa científica, ética e política.

Luiz Augusto Facchini <https://orcid.org/0000-0002-5746-5170>¹

¹ Universidade Federal de Pelotas. Pelotas RS Brasil.

Referências

1. Reid MJA, Katz IT. Redefining global health in the 21st century: Towards a more equitable global health agenda. *Global Public Health* 2025; 20(1):2464060.
2. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção nPrimária à Saúde. Rede de Pesquisa em APS da Abrasco. *Panorama da APS brasileira: Censo das UBS do SUS 2024*. Brasília: MS; 2025.
3. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Políticas de promoção da equidade em saúde*. Brasília: MS; 2013.

Recebido 30/05/2026

Aprovado 01/06/2026



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons